

Prolegômenos aos Usos Sintéticos do Passado no Contexto das Inteligências Artificiais

Prolegomena to the Synthetic Uses of the Past in the Context of Artificial Intelligences

Miguel Barboza Castro,¹ UFRGS

Resumo

Este texto, de natureza ensaística, propõe reflexões sobre o uso de inteligências artificiais (IA) e suas intersecções com formas públicas de uso, circulação e recepção do conhecimento histórico em ambientes digitais. O artigo concentra-se na apresentação de elementos preliminares a um debate incipiente ao qual se pretende contribuir, especialmente no contexto brasileiro. Consideram-se, nesse processo, algumas questões epistemológicas acerca dos modos pelos quais a IA incide sobre a História, as repercussões nas formas públicas de relacionamento com o passado, bem como os sentidos da mobilização do passado por meio da lógica algorítmica. Diante disso, articula-se um conceito ainda em desenvolvimento – o de uso sintético do passado – que busca atuar como um operador analítico para auxiliar a compreensão de dinâmicas que se impõem à História enquanto campo disciplinar e prática social.

Palavras-Chave: Inteligência artificial; História; Uso sintético do passado; Públicas.

Abstract

This essay, of a preliminary nature, proposes reflections on the use of artificial intelligences (AI) and their intersections with public forms of use, circulation, and reception of historical knowledge in digital environments. The article focuses on presenting preliminary elements of a incipient debate to which it seeks to contribute, particularly within the brazilian context. In this process, it considers some epistemological questions regarding the ways in which AI affects the field of History, the repercussions for public relationships with the past, as well as the meanings of the mobilization of the past through algorithmic logic. In light of this, the text articulates a concept still under development — that of the synthetic use of history — which aims to function as an analytical operator to support the understanding of dynamics that are reshaping History as both a disciplinary field and a social practice.

Keywords: Artificial intelligence; History; Synthetic use of the past; Publics.

Introdução

De modo inicial, parece prudente advertir o leitor que sem pretensão alguma de formular diagnósticos conclusivos, face aos desafios inerentes a um tema metamorfo e atualista (Araújo; Pereira, 2019),² este artigo³ visa contribuir, através de considerações

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS), na linha de pesquisa de Teorias da História e Historiografia. Professor de História. Pesquisador no campo da história pública digital e das inteligências artificiais.

² “Chamamos de atualismo essa historicidade hegemônica, em que o real se confunde com a atualidade experimentada como um presente vazio e autocentrado” (Pereira, 2020, p. 3).

³ Este artigo foi desenvolvido no âmbito da tese de doutorado, em andamento, sob orientação do professor Dr. Fernando Nicolazzi, no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. O texto resulta de reflexões

preliminares, com as incipientes discussões acerca dos usos de IA e seus impactos no campo da História.⁴ Além disso, cabe afirmar que este texto se alicerçou conscientemente em um terreno instável que, pela natureza *up-to-date* de seu objeto de análise, pode torná-lo movediço e capaz de converter afirmações contundentes em considerações inexoravelmente condenadas à imersão por obsolescência.

A partir da década de 1950 termos como “sistemas inteligentes”, “máquinas pensantes” e “inteligência artificial” já começavam a ser utilizados, na gênese dos trabalhos sobre modelos algorítmicos (Turing, 1950). Contudo, é em 2022 que se nota início da disseminação pervasiva da IA sob a opinião pública de maneira mais concreta, conforme o que se observa no Gráfico 1 que ilustra as buscas pelo termo “inteligência artificial” feitas no *Google* por usuários brasileiros (de 2004 a 2025). Tal evidência relaciona-se com o lançamento do *ChatGPT* 3.5 pela grande corporação de tecnologia chamada *OpenAI*. Poucos meses após o lançamento, o modelo de IA já possuía cerca de 100 milhões de usuários ao redor do mundo⁵, atraídos por recursos de interação com linguagem natural e diálogos personalizados, resolução de problemas, geração de conteúdo. Transcorrido o momento inicial de lançamento, observou-se um evidente interesse público, midiático e mercadológico, dessa vez não limitado à mera curiosidade, mas voltado à experimentação das capacidades técnicas das ferramentas para uso profissional, acadêmico ou meramente diletante. Signos do regime

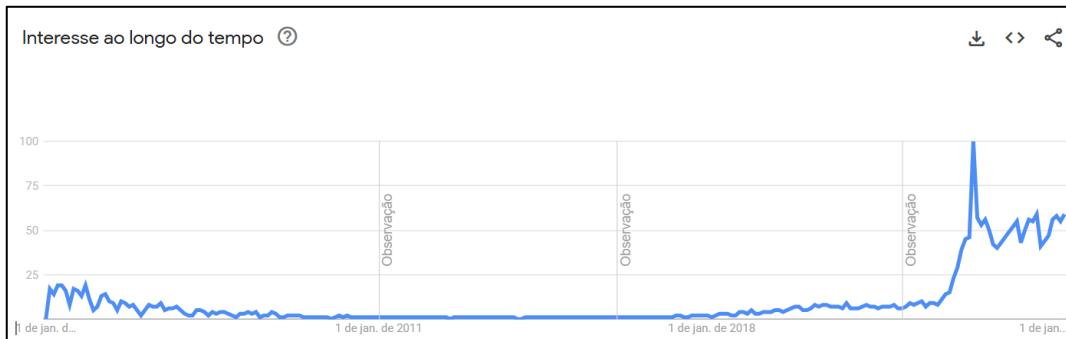
elaboradas durante a disciplina de Teoria e Metodologia da História II, ministrada pelo professor Dr. Arthur Ávila.

⁴ A IA será conceitualmente compreendida neste artigo a partir das considerações feitas por Kate Crawford (2021) no “*The Atlas of AI: Power, Politics, and Planetary Costs of Artificial Intelligence*”. Na obra a autora menciona que “[...] *AI is neither artificial nor intelligent. Rather, artificial intelligence is both embodied and material, made from natural resources, fuel, human labor, infrastructures, logistics, histories, and classifications. AI systems are not autonomous, rational, or able to discern anything without extensive, computationally intensive training with large datasets or predefined rules and rewards. In fact, artificial intelligence as we know it depends entirely on a much wider set of political and social structures.* [...] *In this sense, artificial intelligence is a registry of power.*” (2021, p. 16). Em uma tradução livre à língua portuguesa diz que “[...] a IA não é nem artificial, nem inteligente. Pelo contrário, a inteligência artificial é tanto incorporada quanto material, feita de recursos naturais, combustível, trabalho humano, infraestruturas, logística, histórias e classificações. Os sistemas de IA não são autônomos, racionais ou capazes de discernir qualquer coisa sem um treinamento extensivo e computacionalmente intensivo com grandes conjuntos de dados, ou com regras e recompensas predefinidas. De fato, a inteligência artificial como a conhecemos depende inteiramente de um conjunto muito mais amplo de estruturas políticas e sociais. [...] Nesse sentido, a inteligência artificial é um registro de poder.” (2021, p. 16, tradução livre). Tal consideração coaduna-se, inclusive, com as considerações relevantes feitas no cenário brasileiro pelo neurocientista Miguel Nicolelis (2020) quando menciona que “Embora o movimento da inteligência artificial tenha, até agora, falhado na eterna tentativa de produzir algo como inteligência super-humana, a retórica de marketing – muitas vezes exagerada ou até enganosa – usada por boa parte dos seus adeptos tem gerado problemas em outra dimensão: a habilidade de distinguir o que constitui um avanço científico genuíno e crível versus uma simples peça de propaganda que promove e vende certo produto”.

⁵ Conforme a matéria na *Reuters* intitulada “*ChatGPT sets record for fastest-growing user base - analyst note*”, de Kristal Hu. Disponível em: <<https://www.reuters.com/technology/chatgpt-sets-record-fastest-growing-user-base-analyst-note-2023-02-01/>>. Acesso em: 20/06/2025.

de historicidade, que expressam uma experiência de tempo de caráter atualista, em um curto período, de 2022 até 2025, inúmeros modelos de IA já foram disponibilizados ao público, de corporações diferentes, com versões e especificações técnicas tão díspares entre si que, possivelmente, tornam hoje a experiência de uso das primeiras versões algo prematuramente ultrapassado.

Gráfico 1 – Análise de dados do Google Trends.



Legenda: Gráfico gerado com base em buscas no *Google* por “inteligência artificial”, de 2004 a 2025.

O expressivo aumento no interesse da opinião pública pelos modelos de IA, conforme observado no Gráfico 1, suscitou no debate público e acadêmico uma série de questionamentos que abrangem preocupações de natureza ética, política, econômica, ambiental, jurídica – perceptível a partir das produções acadêmicas surgidas neste contexto.⁶ Muito dos debates existentes não indicam sinais de esgotamento , mas do que isso, sinalizam capacidades de desdobramento de sua presença no debate público por conta de elementos ainda irresolúveis – seja pela capacidade das grandes corporações de tecnologia [*big techs*] atualizarem continuamente esses modelos ou por conta da escassez de estudos acadêmicos consolidados e da incapacidade de acompanharem o ritmo de inovação.⁷

Ao observar obras de maior repercussão, torna-se possível identificar, no debate acadêmico atual sobre a IA, temas de preocupação recorrente, como: vieses algorítmicos, transparência de códigos-fonte, crítica à “infocracia”,⁸ política de privacidade de dados,

⁶ Conforme as discussões feitas por Shoshana Zuboff (2019), Wendy Chun (2021), Sofiya Noble (2018), Tarcízio Silva (2022), Mark Coeckelbergh (2023), Mark Marino (2020), Kate Crawford (2021), Russell e Norvig (2020), entre outros pesquisadores.

⁷ As questões que permanecem sem respostas conclusivas são, evidentemente, muitas e variam dentro de categorias técnicas, éticas, filosóficas, ecológicas. Não é objetivo deste artigo discorrer acerca delas, mas, para título de exemplificação, destaca-se as discussões sobre a capacidade de modelos de IA atingirem a chamada AGI [*artificial general intelligence*] – um estágio hipotético em que a inteligência de uma máquina igualaria ou até mesmo superaria a capacidade humana. Cabe mencionar também as questões ontológicas que analisam a IA no contexto do transhumanismo e do pós-humanismo, por exemplo.

⁸ Neste tópico cabe a referência ao trabalho do filósofo sul-coreano Byung Chul Han, destacadamente a partir de sua crítica ao regime infocrático que considera as relações humano-máquina percebendo as capacidades de vigilância, controle e de intervenção nas atividades humanas (Han, 2022).

assertividade, custo energético e sustentabilidade, escrita algorítmica e autoria, distorção da realidade por *deepfake* e questões inherentemente sociais relativas à interação ser humano-máquina.

Mas, mais do que isso, indo ao encontro de questões mais caras às considerações que se pretende aqui discorrer, diante dos debates em andamento e anteriormente explicitados, percebe-se a abertura à inúmeras questões de cunho epistemológico que convidam a pensar nas dimensões de produção e recepção de conteúdo histórico em ambiente digital tendo por base recursos técnicos de IA – como, por exemplo o aprendizado de máquina, *deep learning* e o processamento de linguagem natural.

A chamada “comunidade de práticas” das Humanidades Digitais, ao se estruturar em torno da experimentação, colaboração e circulação interdisciplinar de saberes, colabora com o debate epistemológico sobre IA quando escrutina recursos técnicos entendendo-os para além de sua função computacional.⁹ A atenção dada à dimensão sociotécnica é fundamental para dimensionar a IA, sobretudo, parece ser fundamental para entender sua agência no campo político, cultural e disciplinar. Ao se observar o campo da História, as produções que se dedicam a refletir sobre IA ainda estão em nível emergente, embora nos últimos anos tenha havido um crescente interesse de pesquisadores pelo estudo sobre o ambiente digital em suas relações com a produção de conhecimento histórico.¹⁰

As produções relacionadas ao campo de Teoria da História e Historiografia também têm emergido, contribuindo para o entendimento da forma que a IA incide no processo de sua inscrição da História,¹¹ nas suas funções historiográficas, propondo a formulação de uma ética para a produção histórica feita por IA,¹² considerando inclusive a imaginação de um futuro da história a partir da abertura perspectivas “mais-que-humanas” (Bonaldo; Pereira, 2023, p. 118).¹³

⁹ Vale destacar as importantes contribuições oferecidas pelo *critical code studies* (Marino, 2020) e o trabalho de Wendy Chun (2021) em “*Discriminating Data: correlation, neighborhoods, and the new politics of recognition*”, Sofiya Noble (2018) em “*Algorithms of Oppression*” e, no Brasil, por Tarcízio Silva (2022) em “*Racismo Algorítmico*”.

¹⁰ Aqui há o destaque ao trabalho da pesquisadora Anita Lucchesi, com ênfase em sua tese de doutoramento intitulada “*For a New Hermeneutics of Practice in Digital Public History: thinking with memorecord.uni.lu*” (2020). A pesquisadora é a principal referência nos estudos sobre história pública digital no Brasil.

¹¹ No artigo “*Artificial history? Inquiring ChatGPT on historiography*”, André Leme Lopes (2023) busca pensar as capacidades historiográficas do ChatGPT e seu potencial de agir como um recurso de auxílio aos historiadores.

¹² Marnie Hughes-Warrington atualmente vêm se destacado em produções a respeito da filosofia da História e suas relações com as inteligências artificiais, principalmente preocupando-se com a dimensão ética desse entrecruzamento, como contido no artigo intitulado “*Toward the recognition of artificial history makers*” (2022).

¹³ Aqui também remeto-me às discussões presentes em “*More-than-human history: Philosophy of history at the time of the anthropocene*” (Tamm; Simon, 2020, p. 198-215).

Dos usos sintéticos do passado: dimensões epistemológicas

A chamada “IA generativa” é um instigante recurso a ser analisado por historiadores principalmente no que diz respeito às modalidades públicas de relacionamento com o passado.¹⁴ Trata-se, grosso modo, de um recurso que permite ao usuário gerar textos e conteúdos audiovisuais a partir da arquitetura de aprendizado de máquina que, por meio de combinação de técnicas, como as redes neurais e modelos probabilísticos, identifica padrões e gera resultados com base no *prompt* fornecido pelo usuário. Com isso, usuários podem solicitar que a IA gere um determinado cenário histórico, recrie personagens históricos, produza textos e construa narrativas que visam “emular o passado” através de personalizações e produzir uma espécie de história “sintética”.¹⁵

Assim sendo, considerando a premissa de que não há passado que não seja passível de uso, como classificar e entender os usos do passado feitos por usuários por meio de técnicas de IA?¹⁶ Essa modalidade de uso não parece estar na mesma condição de usos do passado convencionais, devido principalmente à abundância de dados,¹⁷ aceleração da capacidade técnica de recursos de IA, opacidade da autoria, a capacidade de verossimilhança com a realidade, entre outros elementos. A hipótese ventilada neste ensaio é de que esse uso deva ser analisado a partir de uma nova conceitualização, chamada de uso sintético do passado. Diante de propriedades tão pouco ordinárias de produção e consumo, comprehende-se a necessidade de um quadro categórico capaz de dar conta de contingências e das especificidades do objeto de análise nesta conjuntura. Em linhas gerais o uso sintético do passado é um operador conceitual-analítico, ainda em desenvolvimento, que pode ser empregado para se referir a um conjunto de mobilizações do passado – criados, consumidos e propagados com as mais distintas finalidades – realizadas a partir da lógica e do ritmo algorítmico.

Os modelos de IA não podem ser percebidos apenas como sistemas estatísticos, isso pois também são objetos culturais e simbólicos, e talvez seja sua dimensão tecnopolítica aquela que mais permita desdobrar reflexões epistemológicas e compreender as implicações

¹⁴ A “IA generativa” pode ser compreendida como um recurso de IA baseado em modelos de *machine learning* que são capazes de produzir conjuntos de dados novos a partir de padrões aprendidos em treinamento (Feuerriegel et al., 2024). Ou seja, são modelos capazes de criar textos, imagens e sons (*outputs*) que anteriormente não existiam nos conjuntos de dados de entrada (*inputs*).

¹⁵ “Sintético”, neste caso, indica um termo em oposição àquilo que é orgânico.

¹⁶ Conforme analisado no livro organizado por François Hartog e Jacques Revel (2001) intitulado “*Les usages politiques du passé*”.

¹⁷ Tendo em vista as considerações sobre escassez e abundância de fontes digitais apontadas por Roy Rosenzweig em “*Clio Wired*” (2011).

aos usos do passado, a desinformação e negacionismo histórico. É nessa dimensão que reside a consideração de sua natureza ética, social, política e cultural. São inúmeras as produções no campo das humanidades digitais a respeito dos chamados “vieses algorítmicos” e da capacidade desses modelos codificarem concepções discriminatórias a partir do treinamento de dados que recebem.

Para ilustrar alguns casos de usos sintéticos do passado é válido observar o exemplo da plataforma social chinesa *Tiktok*. Popular principalmente entre o público jovem, o aplicativo permite ao usuário criar, compartilhar e assistir vídeos curtos sobre temas de seu interesse. A partir de um algoritmo de recomendação, a plataforma hiperpersonaliza a experiência do usuário em rede ao exibir na página inicial conteúdos relacionados com aqueles que o usuário demonstrou interesse.

De certo modo, o ambiente digital que durante duas décadas vivenciou um contexto colaborativo e aberto, vive recentemente um espaço de encurtamento de suas capacidades coletivas e de individualização do consumo de conteúdo e de práticas sociais. Se a chamada *web 2.0* permitiu no início dos anos 2000 o surgimento e desenvolvimento da Wikipedia (Castro, 2021), o maior projeto *open source* e colaborativo da internet, hoje o cenário parece bem distinto. Pode-se dizer algo parecido a respeito da formação de projetos de história pública digital que conseguiram, na fase anterior da *web*, desenvolver iniciativas importantes que articulavam a participação ativa entre grandes públicos e historiadores e convidavam a um compartilhamento da autoridade entre públicos não especializados e historiadores (Frisch, 2016). A partir da nova fase da *web* as considerações anteriores já não se sustentam totalmente e a colaboração parece não mais ditar a forma de produção e consumo de conteúdo, restando no seu lugar bolhas digitais hiperpersonalizadas guiadas por algoritmos de recomendação (Pariser, 2014). Isso, certamente, é responsável por uma experiência de uso antagônica aos padrões de “cosmopolitismo conectado” (Castells, 2003), “inteligência coletiva” e alteridade no ciberespaço (Levy, 2015) – conceitualizações célebres utilizadas para se referir a fenômenos da internet do final dos anos 1990 e as primeiras décadas dos anos 2000. No contexto em que se manifesta o denominado uso sintético do passado, observa-se um duplo movimento: por um lado, a intensificação de processos de hiperindividualização de sujeitos-usuários e, por outro, a indução de dinâmicas de dependência dopaminérgica (o que atribui ao termo “sintético” uma dimensão suplementar). Simultaneamente, a mobilização do passado é reconfigurada em chave *on-demand*, articulada a uma lógica algorítmica orientada não apenas para a maximização do engajamento, mas igualmente para a extração de dados

pessoais e sua subsequente mercantilização, fenômeno este que se inscreve no quadro teórico do “capitalismo de vigilância” (Zuboff, 2018).

Dos usos sintéticos do passado: dimensões e implicações práticas

Um exemplo de aplicação prática do uso sintético do passado se dá através de conteúdos chamados de “P.O.V” (sigla em inglês que significa “ponto de vista”). A ideia é que o espectador emule determinada experiência a partir de um vídeo em primeira pessoa. Em buscas por “pov história” no *Tiktok* é possível ter contato com grande variedade de perfis que elaboram, com uso de IA generativa, vídeos que ilustram o que são os usos sintéticos do passado. Precisamente, são vídeos que mobilizam o passado de forma a reimaginá-lo sob a perspectiva de quem assiste. Mais uma vez, a ênfase está na experiência individual ou, se preferir, na experiência dual entre usuário e algoritmo (o orgânico e o sintético).

A IA, a partir dos *prompts* informados pelo usuário, é responsável por gerar vídeos em primeira pessoa que, por exemplo, emulam artificialmente a experiência de um escravizado no Brasil durante o século XVIII (Figura 1) ou a experiência de despertar durante o período ditatorial no Brasil (Figura 2).

Figura 1 – Conteúdo sobre escravidão no *Tiktok*.



Fonte: *Tiktok* (2025).

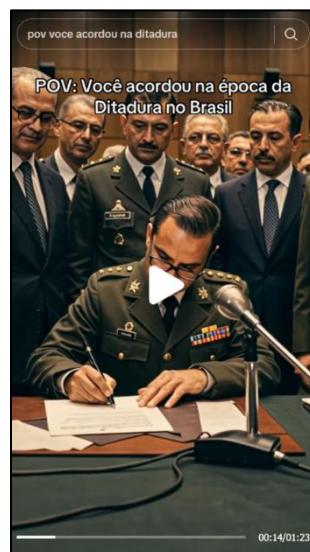
Legenda: A experiência de um escravizado no Brasil, gerado por IA. @povhistorico.

Esses vídeos são compostos por cenas que buscam aproximar o vivido (experiência) do representado (simulado) ao exibir episódios de perseguição, violência e sofrimento. Trata-

se, sem dúvidas, da mobilização de um passado sensível com propósitos de engajamento algorítmico e entretenimento com bases na espetacularização do trauma.¹⁸

No mesmo *feed* em que o usuário interage com os conteúdos descritos acima, um *scroll up* é suficiente para visualizar *memes* sobre gatos ou descobrir a coreografia popular do momento. Assim, há contribuições patentes a um processo de dessensibilização de eventos traumáticos que ressaltam problemáticas éticas que atualmente os debates sobre a IA encaram em diferentes frentes (Coeckelbergh, 2023). Além disso, tal qual a proposta de uma máquina do tempo, o formato “P.O.V” propõe um deslocamento temporal do espectador,¹⁹ na medida em que o sujeito é levado a se imaginar experenciando um evento-limite de forma imediata em um uso sintético do passado que leva em consideração a identificação subjetiva da história. O mesmo ocorre com iniciativas como o *DeepStory* e *DeepNostalgia* do *MyHeritage*, que são responsáveis por propor a seus clientes a experiência de “dar vida ao passado” (McAvoy; Kidd, 2024) através de um uso sintético de fotografias de antepassados que promovem uma experiência remediada com o tempo passado e, mais do que isso, propõem uma espécie de “imortalidade digital” (Bassett, 2022).

Figura 2 – Conteúdo sobre ditadura no Brasil, no *Tiktok*



Fonte: *Tiktok*

Legenda: Vídeo sobre período ditatorial no Brasil, gerado por IA. @viajandopelotempo.

A depender do *prompt* feito à IA, ela é capaz de gerar conteúdos personalizados, isso significa que, ao mobilizar o passado sob a forma de uso sintético, a IA também produz uma espécie de “história sob demanda”, em que conteúdos de história estão sempre à disposição

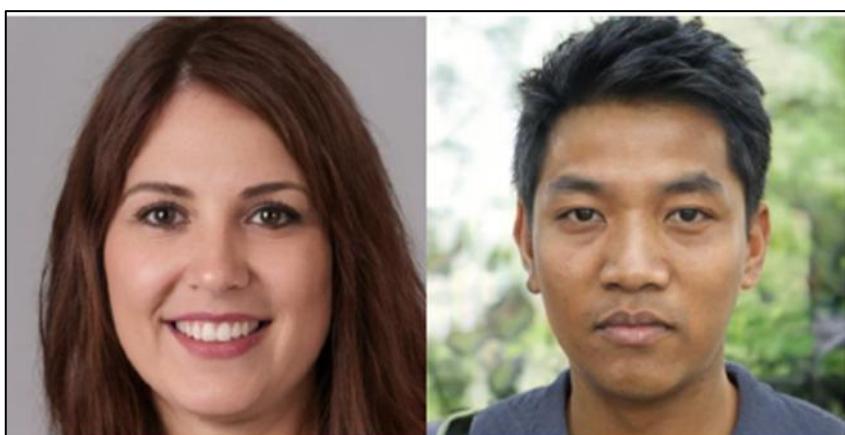
¹⁸ Que, por conseguinte, colabora para a “dessensibilização do trauma”, conforme Seligmann-Silva (2003).

¹⁹ Podendo ser encarado como um modo de prolongamento do espaço de experiência (Koselleck, 2015).

daqueles que a solicitam, da forma que solicitam. Há nesse aspecto uma espécie de “plasticidade técnica” que permite a utilização de recursos que recriam ambientes e sons com grande riqueza de detalhes – em muitos casos impossibilitando a distinção do que é real daquilo que é artificial.

Percebe-se que as imagens 1 e 2 aludem a uma contradição em termos, uma espécie de “falsificação realista”, ou seja, um produto de IA praticamente indistinguível da realidade (ver Figura 3). Chamado de *deepfake*, esses produtos sintéticos apontam para graves questões epistemológicas, como nas implicações à integridade das fontes e da ampliação da capacidade de falseamento do passado com altos impactos nas formas que os públicos se relacionam com a história.

Figura 3 – Geração artificial de rostos humanos.



Fonte: *This Person Does Not Exist* (website)

Legenda: Imagem criada através do website *This Person Does Not Exist*, que utiliza IA generativa para criar rostos humanos de pessoas que jamais existiram.

Torna-se inevitável pensar nas implicações ao paradigma indiciário (Ginzburg, 1999) e em como fazer crítica à evidência quando a fonte tem sua verificabilidade reduzida. Então, o método de observação histórica tendo em vista “indícios que, sem premeditação, o passado deixa cair na sua estrada” (Bloch, 2002, p. 77) passa a ser tarefa ainda mais necessária e desafiadora visto o risco imposto à percepção em fontes geradas por I.A.²⁰ e a possibilidade de instrumentalização sob forma de “abuso da história” (Baets, 2013). Assim, “ver” não é mais um condicionante para “crer”. Nesse contexto, como crer em história no contexto das IA?²¹ Ou ainda, qual é a condição da história na era da sua reproduzibilidade *artificial*?²²

²⁰ Marc Bloch continua afirmando que “[...] eles [indícios] afastam de nossos estudos um perigo mais mortal do que a ignorância ou a inexatidão: o de uma irremediável esclerose. Sem seu socorro, com efeito, não veríamos inevitavelmente o historiador, a cada vez que se debruça sobre gerações” (Bloch, 2002, p. 77).

²¹ Faço menção aqui às reflexões de Hartog (2017) em “Crer em história”.

Certamente são questões que extrapolam as pretensões deste ensaio, mas que certamente exprimem alguns desafios teóricos pelo horizonte.

Outra questão que pode ser refletida é a afirmação de que esse tipo de recurso de IA (*deepfake*) produziria um novo paradigma às discussões sobre negacionismo histórico. Parece precoce trazer conclusões, mas mesmo diante do grande avanço tecnológico promovido pelas *big techs* envolvidas com IA e da capacidade técnica de fabricação de uma “falsificação veríssimil” (um produto artificial indistinguível da realidade), o fato de ter sido gerado por algoritmos não parece produzir um novo paradigma que distinga esse tipo de falseamento da história dos convencionais métodos de falseamento e desinformação. Entretanto, da mesma forma que os usos do passado, devem ser considerados alguns elementos novos trazidos pela IA como o uso de *big data*, a opacidade da autoria e a capacidade aumentada de simular e, por conseguinte, confundir a realidade. O que deve ser sopesado também é a maneira que esses usos sintéticos do passado são convertidos em falseamentos ou negações que são exploradas por distintos grupos na *web*, além da alta capacidade de disseminação desse conteúdo online.

Em muitas plataformas digitais de características hipersonalizadas, efêmeras e opacas,²² as políticas de moderação de conteúdo, que garantiam regulação e supervisionamento do conteúdo compartilhado, cada vez mais perdem força. De modo semelhante estão as políticas de checagem de fatos. Tais questões se relacionam umbilicalmente com a ascensão da extrema-direita e o alinhamento das *big techs* a ela. Com tudo isso, os objetivos da história pública digital¹⁷ em torno de uma ação ativa e engajada com públicos na internet parecem frontalmente atacados. Nesse cenário de uma *web* individualizada, permeada por usos indiscriminados e pouco regulados de modelos de IA, não parece se estar diante de um ambiente em que a autoridade do historiador seja uma credencial suficiente, pelo contrário, as credenciais parecem não mais serem necessárias e não há indícios de nenhum ponto de checagem. Nesses ambientes digitais, a mediação das experiências históricas se dá pelo ritmo algorítmico, operando sem a necessidade de processos de curadoria de historiadores, a história se torna um ativo *on-demand*, como qualquer outro,

²² Aqui dialoga-se com Walter Benjamin (2018) quando pensou acerca da obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. Entretanto, deve-se avaliar a própria admissibilidade dessa hipótese para o campo da História.

²³ Hipersonalizadas porque sua arquitetura é elaborada de modo a entregar ao usuário uma experiência baseada em algoritmos de recomendação. Efêmeros dado ao componente de impermanência de muito desses conteúdos gerados por IA que, se não forem salvos na nuvem, podem ser perdidos. E opacos na medida da falta de transparência a respeito do funcionamento de muitos modelos de IA que, por exemplo, não revelam o processo de treinamento do algoritmo nem os materiais que consulta como fonte.

acionado quando necessário, da maneira que se quer. Tal dinâmica não apenas converte a história em recurso mercantil passível de extração de valor – gerando renda às grandes corporações de tecnologia – como também contribui para o enfraquecimento da ordem democrática em todo mundo, ao concentrar poder informacional em estruturas que, de forma bastante controversa, são chamadas de “tecnofeudais” (Varoufakis, 2024). Por esta razão é necessário evidenciar a urgência de debates mais amplos sobre este tema no campo da História e a necessidade de atuação ainda mais ativa de historiadores no ambiente digital, apesar das contingências sociotécnicas adversas; nesta quadra do século este parece ser um dos trabalhos importantes a se realizar, como parte do compromisso social do historiador.

Considerações finais

Por fim, à nível de consideração final, ao longo deste ensaio buscou-se elaborar uma série de considerações a respeito das implicações dos usos de IA no campo da História e no trabalho de historiadores. Buscou-se inicialmente introduzir a discussão a respeito dos sistemas algorítmicos, considerando sua relevância e os principais temas de debate atualmente. Após isso, foram evidenciados os aspectos técnicos da chamada “IA generativa” e sua capacidade de desenvolver simulações de experiências com o tempo passado. O operador conceitual-analítico chamado de uso sintético do passado foi empregado neste contexto, buscou-se dar destaque a um termo ainda em elaboração e que busca examinar apropriadamente o que de fato é a mobilização do passado a partir da lógica algorítmica.

A forma que o uso sintético do passado altera modalidades públicas de relacionamento com o conhecimento histórico também foi objeto de preocupação, face ao encurtamento de práticas socialmente compartilhadas em ambiente digital, considerando seus efeitos diretos na ação historiadores públicos digitais. O falseamento e o tema do negacionismo também foi destacado, considerando a capacidade recursiva de modelos de IA reproduzirem representações que tensionam decisivamente as fronteiras entre o real e o sintético. Com isso, percebe-se a abertura a possibilidades de reflexões sobre como a disciplina responderá às demandas do tempo presente e de que modos os historiadores atuarão em espaços que podem se tornar cada vez menos receptivos à sua intervenção.

Conforme mencionado inicialmente no texto, este ensaio não se propôs a trazer conclusões a respeito dos desdobramentos dos usos de IA para o campo da História. Tratou-se de um preâmbulo de discussões densas e que podem ser incrementadas com a existência de um maior número de pesquisas acadêmicas a respeito. De todo modo, este texto se propôs a

encarar os desafios de um objeto “em atualização” e analisá-lo sobre uma perspectiva criticamente orientada, considerando sua natureza tecnopolítica e seus desdobramentos nos modos que o passado é comunicado em contextos cada vez mais mediados por tecnologias avançadas.

Fontes

GOOGLE TRENDS. Uso do termo “inteligência artificial” no Brasil entre 2004 e 2025. Disponível em: www.google.com/trends. Acesso em: 20/06/2025.

@povhistorico. A triste realidade de um navio negreiro vindo da África no século XVIII. Tiktok. Disponível em: www.tiktok.com/@povhistorico/video/7470591133752626438?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7532088047976220166. Acesso em: 20/06/2025.

@viajandopelotempo. POV: você é um guerrilheiro na ditadura militar no Brasil em 1964. Disponível em: www.tiktok.com/@viajandopelotempo/video/7473275832073571589?is_from_webapp=1&sender_device=pc&web_id=7532088047976220166. Acesso em: 20/06/2025.

THIS PERSON DOES NOT EXIST. [S. l.]: [s. n.], [2025]. Disponível em: <https://thispersondoesnotexist.com/>. Acesso em: 20/06/2025.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Atualismo 1.0:** como a ideia de atualização mudou o século XXI. Vitória: Milfontes, 2019.

BAETS, Antoon de. Uma teoria do abuso da história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17-60, 2013.

BASSETT, Debra. **The creation and inheritance of digital afterlives:** you only live twice. Cham: Palgrave Macmillan, 2022.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era da sua reproduzibilidade técnica.** Porto Alegre: L&PM, 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BONALDO, Rodrigo; PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Potential history: reading artificial intelligence from indigenous knowledges. **History and Theory**, 62:3-29, 2023.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet:** Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO, Miguel Barboza. **Wikipedia e usos da história:** a edição de uma história pública digital por historiadores e multidões. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

CHUN, Wendy Hui Kyong. **Discriminating data:** correlation, neighborhoods, and the new politics of recognition. Cambridge: MIT Press, 2021.

COECKELBERGH, Mark. **Ética na inteligência artificial.** São Paulo: Ubu Editora, 2023.

- CRAWFORD, Kate. **The Atlas of AI**: Power, Politics, and the Planetary Costs of Artificial Intelligence. New Haven: Yale University Press, 2021.
- FEUERRIEGEL, Stefan; HARTMANN, Jochen; JANIESCH, Christian; ZSCHECH, Patrick. Generative AI. **Bus Inf Syst Eng** 66, 111-126, 2024.
- FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de a shared authority à cozinha digital. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HARTOG, François. A ascensão das dúvidas. In: HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques (orgs.). **Les usages politiques du passé**. Paris: Édition de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.
- HUGHES-WARRINGTON, Marnie. Toward the recognition of artificial history makers. **History and Theory**, [S.L.], v. 61, n. 4, p. 107-118, 20 nov. 2022.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- LOPES, André Leme. Artificial history? Inquiring ChatGPT on historiography. **Rethinking History**, 27(4), 709–749, 2023.
- LUCCHESI, Anita. **For a New Hermeneutics of Practice in Digital Public History**: thinkering with memorecord.uni.lu. 2020. 311 f. Tese (Doutorado) - Digital History, University Of Luxembourg, Esch-Sur-Alzette, 2020.
- MCAVOY, Eva; KIDD, Jenny. Synthetic Heritage: Online platforms, deceptive genealogy and the ethics of algorithmically generated memory. **Memory, Mind & Media**, v. 3, e12, p. 1-18, 2024.
- MARINO, Mark. **Critical code studies**. Cambridge: MIT Press, 2020.
- NICOLELIS, Miguel. **O verdadeiro criador de tudo**: como o cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecemos. São Paulo: Editora Crítica, 2020.
- NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. Nova York: New York University Press, 2018.
- NOIRET, Serge. História pública digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015.
- PARISER, Eli. **The filter bubble**: how the new personalized web is changing what we read and how we think. New York: Penguin Books, 2014.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; ARAÚJO, Valdei Lopes de. Atualismo: Pandemia e historicidades no interminável 2020. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e39802, 2021.

- ROSENZWEIG, Roy. Scarcity or abundance? In: ROSENZWEIG, Roy. **Clio wired:** the future of the past in the digital age. New York: Columbia University Press, 2011.
- RUSSELL, Stuart J.; NORVIG, Peter. **Artificial Intelligence:** A Modern Approach. New Jersey: Pearson, 2020.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura:** o testemunho na era das catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- SILVA, Tarzício. **Racismo Algorítmico:** inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc, 2022.
- TAMM, Marek; SIMON, Zoltán Boldizsár. More-Than-Human History: philosophy of history at the time of the anthropocene. In: KUUKKANEN, Jouni-Matti (ed.). **Philosophy of History:** twenty-first-century perspectives. London: Bloomsbury Academic, 2020. p. 198-215.
- TURING, Alan. Computing machinery and intelligence. **Mind**, v. 59, n. 236, p. 433-460, 1950.
- VAROUFAKIS, Yannis. **Technofeudalism:** what killed capitalism. Brooklyn: Melville House, 2024.
- ZUBOFF, Shoshana. **Age of surveillance capitalism:** the fight for human future at the new frontier of power. New York: Public Affairs, 2019.

Submetido em: 30 jun. 2025

Aceito em: 09 set. 2025